Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 5574/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/11153/2014
PROTOCOLO	: 1520894
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA
RESPONSÁVEL	: JORGE JUSTINO DIOGO
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 206/2014
CONTRATADO	: FABIO WILLIAN VITOR DA SILVA - ME
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES
MODALIDADE	: PREGÃO PRESENCIAL N. 96/2014
VALOR	: R$ 42.649,00 (QUARENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS)
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam-se os autos de procedimento licitatório Pregão Presencial n. 96/2014 que originou o Contrato Administrativo n. 206/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Brasilândia e Fabio Willian Vitor da Silva - ME, tendo por objeto a aquisição de materiais permanentes para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo após verificar os documentos comprobatórios do procedimento licitatório e da formalização do contrato (peça 24), manifestou-se pela sua regularidade.

O Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (peça 25), concluindo pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento de contrato.

É o relatório.

Analisando os autos constata-se que foram observadas as disposições regimentais quanto à instrução processual, bem como os demais atos referentes ao procedimento licitatório e formalização do instrumento do contrato atendem as determinações da Lei Federal n. 8.666/93 e INTC/MS n. 35/2011.

Diante do exposto, não havendo óbice de natureza legal ou regimental, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e DECIDO:

I - Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 96/2014 e da formalização do Contrato n. 206/2014 (1ª e 2ª fases), celebrado entre a Prefeitura Municipal de Brasilândia e Fabio Willian Vitor da Silva – ME, nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2013 c/c os inciso I e II do art. 120, da Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela COMUNICAÇÃO do resultado do julgamento ao interessado, conforme o artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013.

III – pela remessa dos autos à 3ª ICE para acompanhamento e análise da execução financeira do contrato, nos termos do inciso III do artigo 120 da RNTC/MS n. 076/13.

Campo Grande, 14 de agosto de 2015.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

rc